



INPREV

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO
MUNICÍPIO DE VARGINHA**

Relatório de Controles Internos

Março 2021

A small, handwritten signature or mark in black ink, located in the bottom right corner of the page. It appears to be a stylized name or initials.

RELATÓRIO DE CONTROLES INTERNOS

4º TRIMESTRE DE 2020

Em atendimento ao Regulamento de Controles Internos, aprovado pela Resolução INPREV n.º 10 / 2019, e o contido nas atribuições da Secretaria Municipal de Controle Interno, estabelecidas na Lei n.º 6.370 / 2017, apresentamos o presente relatório, relativo ao 4º Trimestre de 2020, quanto à análise da regularidade dos procedimentos, contas, receitas, despesas e demais exigências legais do RPPS de Varginha-MG.

Neste período, através da análise dos documentos e planilhas apresentadas, podemos constatar o seguinte:

1. Regulamentação

1.1. Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores:

O Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Varginha – INPREV está regulamentado pela Lei Municipal nº 4.965/2008, com alterações introduzidas pelas Leis nº 5.710/2013, 5.988/15, 6.446/2018 e 6.489/2018.

O INPREV implementou a “Segregação das Massas” no exercício de 2013, com data de corte em 30 de abril de 1994, e faz a gestão de dois Planos, o Previdenciário que abrange mais de 84% dos segurados e beneficiários de aposentadorias e pensões, superavitário e equacionado ao longo do tempo; e o Financeiro com percentual inferior a 16% de segurados e beneficiários, deficitário com necessidade de aportes mensais por parte do município. Essa necessidade é suprida, atualmente, por antecipação do pagamento de débitos previdenciários parcelados pela Prefeitura, possibilitando uma expressiva redução do passivo dos balanços do governo municipal.



2. Execução Orçamentária

2.1. Das Receitas – Fiscalização das Receitas de Contribuição

Constatou-se, no período, conforme análise do balancete da receita, cujo quadro resumo se encontra no item 2.3 a seguir, a regularidade dos lançamentos, cobranças e registros das receitas das Contribuições Patronal, dos Segurados. Verificamos que os recolhimentos se deram tanto por parte da Prefeitura Municipal, de suas autarquias e fundações, quanto da Câmara Municipal, na forma dos prazos previstos.

2.2. Demais Receitas

Também, com base na análise do balancete da receita do período, constatou-se a regularidade dos lançamentos, cobranças e registro das demais receitas, a saber, a de Compensação Previdenciária, de Rendimentos das Aplicações Financeiras e de Multas e Juros.

2.3. Resultado da Execução Orçamentária – RECEITAS

Conforme quadro abaixo, verificou-se que no campo da Execução da Receita Orçamentária, o INPREV atingiu 77,17% da meta estipulada, o que representa um resultado deficitário de 22,84% até o encerramento do 4º trimestre de 2020:

RECEITA	NO ANO	PREVISTA	DIFERENÇA	%
Contribuições	R\$ 43.892.174,26	R\$ 37.452.000,00	R\$ 6.440.174,26	117,20%
Receita Patrimonial	R\$ 6.691.107,89	R\$ 34.431.000,00	-R\$ 27.739.892,11	19,43%
Outras Receitas Correntes	R\$ 3.538.566,55	R\$ 3.500.000,00	R\$ 38.566,55	101,10%
Receitas de Capital	R\$ 10.995.637,00	R\$ 9.000.000,00	R\$ 1.995.637,00	0,00%
TOTAL GERAL DA RECEITA	R\$ 65.117.485,70	R\$ 84.383.000,00	-R\$ 19.265.513,53	77,17%

2.4. Gestão de Investimentos

A Gestão dos investimentos se deu em atendimento à Resolução do Conselho Monetário Nacional n.º 3.922/2010 que regulamenta a matéria, e também à Política de Investimentos do INPREV para o exercício de 2020.

Em obediência aos limites da referida Resolução n.º 3.922/2010, a alocação da Carteira, em dezembro de 2020, apresentava a seguinte composição:

Enquadramento Res. 3922/2010	Valor Investido	% Recursos	Limites				
			Resolução	Pró-Gestão Nível II	Política de Investimentos		
					Mínimo	Objetivo	Máximo
Art. 7º, I, b - Fundos 100% TP - Ref.	218.755.912,62	51,75%	100%	100%	30%	46%	100%
Art. 7º, III, a - Fundos Renda Fixa Ref.	0,00	0,00%	60%	70%	0%	1%	70%
Art. 7º, IV, a - Fundos Renda Fixa	77.769.001,40	18,40%	40%	50%	2%	19%	50%
Art. 7º, VII, b - Fundos RF Créd.Privado	0,00	0,00%	5%	15%	0%	0%	15%
Art. 7º, VII, c - Fundos de Debêntures	0,00	0,00%	5%	10%	0%	0%	10%
Total Renda Fixa	296.524.914,02	70,15%				66%	
Art. 8º, I, a - Fundos de Ações Ref.	8.522.787,95	2,02%	30%	40%	0%	2%	40%
Art. 8º, I, b - Fundos de Índices Ref.	0,00	0,00%	30%	40%	0%	0%	40%
Art. 8º, II, a - Fundos de Ações	105.325.927,92	24,92%	20%	30%	8%	28%	30%
Art. 8º, III - Fundos Multimercados	2.918.464,71	0,69%	10%	10%	0%	1%	10%
Art. 8º, IV, a - Fundos de Participações	8.143,84	0,00%	5%	5%	0%	1%	5%
Total Renda Variável	116.775.324,42	27,62%				32%	
Art. 9º, A, III - Ações BDR Nível I	9.417.811,81	2,23%	10%	10%	0%	2%	10%
Total Investimento no Exterior	9.417.811,81	2,23%				2%	
Total dos Investimentos	422.718.050,25	100,00%				100%	

Em relação ao desempenho da Gestão dos Investimentos no 4º Trimestre de 2020, observou-se que a meta atuarial para o período era de 4,62%, enquanto que a rentabilidade alcançada foi de 8,11%. Assim, constatou-se que o resultado alcançado

no 4.º Trimestre de 2020 superou em 3,49 pontos a meta atuarial, que é de IPCA +5,89% a.a.

Na análise de todo o ano de 2020, apurou-se que o desempenho da carteira de Investimentos do INPREV por Trimestre foi o seguinte:

Desempenho Carteira 2020	Rentabilidade				Meta	Rentab. Consol. X Meta	Variação Patrimonial	Patrimônio
	Renda		Invest.	Consolidado				
	Fixa	Variável	Exterior					
1º Tri	-1,71%	-36,01%	-	-9,10%	1,96%	-11,06%	-R\$ 35.764.117,97	R\$ 354.669.352,13
2º Tri	3,52%	28,73%	-	7,49%	0,96%	6,53%	R\$ 26.914.398,30	R\$ 385.327.135,04
3º Tri	0,51%	0,33%	15,30%	0,26%	2,75%	-2,49%	R\$ 892.951,11	R\$ 385.865.325,52
4º Tri	4,31%	19,74%	1,31%	8,11%	4,62%	3,49%	R\$ 31.649.149,82	R\$ 422.718.050,25
No Ano	6,68%	-1,04%	16,81%	5,91%	10,65%	-4,74%	R\$ 23.692.381,26	R\$ 422.718.050,25

Conforme análise do quadro anterior, constata-se que no acumulado anual alcançou-se um resultado de 5,91%, frente a uma meta estipulada de 10,65% aa, o que caracteriza um resultado inferior à meta de 4,74 pontos percentuais.

O Sr. Paulo Alexandre Praxedes, Chefe do Serviço Financeiro do INPREV, em explanação sobre o ambiente macroeconômico diretamente ligado à gestão dos Investimentos, esclareceu que o ano de 2020 foi marcado por uma crise econômica global sem precedentes, sobretudo devido à pandemia da COVID-19, uma crise a princípio puramente sanitária, que teve sua origem fora do Mercado Financeiro, mas que o afetou diretamente, ocasionando, além da perdas de milhares de vidas, também a perda de milhares de empregos e o fechamento de empresas.

Ele argumenta que a estratégia de Investimentos do INPREV foi norteadada pela previsão do resultado do ano de 2020, que ao final de 2019, já apontava para um cenário difícil devido às baixas taxas de juros, conforme estimativas do Mercado lastreadas no Relatório FOCUS do Banco Central do Brasil, que em dezembro de 2019, projetava a taxa SELIC em 4,50% até o final de 2020, com IPCA estimado em 3,61% e crescimento do PIB de 2,30%.

Deste modo, diante deste cenário econômico, conjugado com o objetivo de cumprimento da meta atuarial, a estratégia adotada foi a de assumir maior risco na carteira. Assim, alinhado à Política de Investimento, considerou-se como medidas o alongamento da **DURATION**, técnica que se refere aos prazos médios dos investimentos contidos na carteira do RPPS, a observação de produtos estruturados, o aumento da exposição em renda variável e também a da possibilidade de alocação de parte da carteira em investimentos no exterior. Essa última medida uma forma de diluição do risco concentrado no mercado interno.

No entanto, no decorrer do ano de 2020 eclodiu a Pandemia da COVID19, levando a eventos fáticos que afetaram a economia mundial. O Sr. Paulo citou como exemplos o isolamento social, o fechamento das atividades comerciais não essenciais e o fechamento de fronteiras entre países. Esses eventos ocasionaram severos impactos econômicos por todo o globo, como o pânico nos Mercados Financeiros e a aversão ao risco, afetando tanto os investimentos na renda fixa quanto na renda variável, em especial as Bolsas de Valores, que vivenciaram quedas históricas, inclusive no Brasil.

Nesse contexto vários indicadores econômicos foram afetados. Entre eles o câmbio, que a partir de agosto/2020, enfrentou a desconfiança do investidor estrangeiro em relação a dinâmica da Dívida Pública Brasileira neste contexto de pandemia e crise fiscal do Estado. A Dívida Pública Brasileira também teria sido afetada, em medida relevante, pela forte aversão ao risco do investidor internacional, que acabou optando pela troca de ativos mais voláteis por ativos mais seguros, como os títulos públicos do Governo Norte Americano.

Outro indicador por ele ressaltado foi o índice IBOVESPA, da Bolsa de Valores de São Paulo, que também frequentou o ambiente negativo por todo o exercício de 2020, tendo como destaque as ações de companhias aéreas, diretamente afetadas pelo isolamento social nos períodos mais agudos da pandemia.

Para o futuro, o Sr. Paulo ressaltou que o Mercado Financeiro esboça reação com o avanço das vacinas no último bimestre/2020. Além disso, acrescenta que a



confirmação da vitória do Democrata Joe Biden nas eleições Norte Americanas, e a nomeação de Janete Yellen, ex-presidente do Federal Reserve System, Banco Central Americano, para o cargo de Secretária do Tesouro dos Estados Unidos da América, gera expectativas positivas ao Mercado para os próximos trimestres.

Ainda no campo político, destaca que os Governos e Bancos Centrais ao redor do mundo, vêm se esforçando e fazendo uso maciço de Políticas Fiscais e Monetárias para estimular suas respectivas economias.

Porém, por fim, pondera que o ambiente ainda é de atenção, pois o mercado de capitais continua em estado de alerta e a aversão global ao risco derivado da pandemia por COVID19 permanece, sendo que o desempenho dos investimentos para os próximos trimestres está diretamente ligado à expectativa pelo avanço da vacinação, sendo este avanço um dos pilares para a retomada econômica global em 2021.

Diante deste cenário, o Sr. Paulo afirmou que foram adotadas como medida de preservação do patrimônio do INPREV, a realocação da carteira de investimentos, em conformidade com a Política de Investimento do exercício de 2020, conforme constado em deliberações registradas em ata do Comitê de Investimentos.

No cumprimento das obrigações acessórias do 4.º trimestre de 2020, também se averiguou que foram protocolados junto ao Ministério da Economia – Secretaria de Previdência Social o Demonstrativo das Aplicações e Investimentos, nas datas de 23/02/2021, 26/02/2021 e 16/03/2021, em consonâncias com as suas prorrogações ocasionais de datas pelo referido órgão, o Demonstrativo das Aplicações e Investimentos – DAIR, e o Comprovante de Repasses das Contribuições, referentes respectivamente aos meses de outubro, novembro e dezembro de 2020.

Por fim, verificou-se também atendido o processo de mapeamento e manualização referente a elaboração e aprovação da Política de Investimentos e de Credenciamento das Instituições Financeiras.



3. Despesa

3.1. Formalização e Conteúdo

Foram examinadas as despesas efetuadas no período e constatamos a sua regularidade quanto ao aspecto formal.

3.2. Benefícios

Foram concedidos, no período em exame (4º trimestre 2020), 26 (vinte e seis) benefícios de aposentadorias, sendo 17 (dezesete) por tempo de contribuição, 06 (seis) por idade, 03 (três) por invalidez.

Foram concedidos também 02 (duas) pensões por morte de segurados, totalizando 28 (vinte e oito) benefícios.

Com base no exame das atas de reuniões do Conselho Fiscal do INPREV, observou-se que, este órgão deliberou sobre os processos, constando o respeito ao fluxo estabelecido no mapeamento e as ações definidas na manualização do processo de concessão de benefícios e constatando que os pagamentos dos servidores inativos e pensionistas processaram-se dentro das datas previstas.

3.3. Despesas Administrativas

Análises efetuadas demonstram que foram realizados gastos administrativos dentro do limite de 2% constantes do Orçamento Anual do INPREV. O exame documental da despesa revelou regularidade de instrução formal.

Outrossim, constatamos adequada utilização das contribuições e dos recursos do RPPS exclusivamente em benefícios previdenciários, restringindo-se a despesa administrativa aos limites legais.

Em dezembro/2020 o Conselho de Administração deliberou pela reversão das sobras da Taxa de Administração ao Plano Previdenciário.



3.4. Ordem Cronológica dos Pagamentos

O Controle Interno aferiu cumprimento de todas as obrigações financeiras no período conforme relatório de ordens de pagamentos apresentados. Todos os fornecedores e colaboradores foram pagos dentro das datas previstas, constatando-se atendimento à ordem cronológica dos pagamentos.

Os Restos a Pagar do exercício anterior totalizam R\$ 1.952.738,96. Foram liquidados e pagos neste trimestre, o valor de R\$ 1.880.703,87.

3.5. Resultado da Execução Orçamentária - DESPESAS

Verificamos o comportamento da Execução Orçamentária no tocante às despesas o até o encerramento do trimestre em exame:

DESPESA	FIXADO INICIAL	CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES	FIXADO ATUALIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	SALDO DOTAÇÃO
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	52.243.000,00	3.100.000,00	55.343.000,00	47.985.200,62	47.985.200,62	47.985.200,62	7.357.799,38
TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	3.200.000,00	0,00	3.200.000,00	1.524.113,96	1.524.113,96	1.461.951,19	1.675.886,04
RESERVA ADMINISTRATIVA	63.000,00	249.000,00	312.000,00	257.705,11	257.705,11	257.705,11	54.294,89
RESERVA CONTIGENCIA	28.877.000,00	-3.100.000,00	25.777.000,00	0,00	0,00	0,00	25.777.000,00
TOTAL GERAL	84.383.000,00	249.000,00	84.632.000,00	49.767.019,69	49.767.019,69	49.704.856,92	34.864.980,31

4. Avaliação Atuarial - Adoção de Medidas Propostas pelo Atuário:

Em 31/12/2020, foi entregue, pelo atuário ANDRÉ SABLEWSKI GRAU-Miba nº 2372, a avaliação atuarial de encerramento de exercício para contabilização das provisões matemáticas. A situação apontada na Avaliação Atuarial data base 31/12/2020 é a seguinte:

	<u>R\$</u>
Ativo Real Reajustado.....	510.571.574,45
Provisão Matemática.....	510.571.574,45
SUPERÁVIT TÉCNICO.....	4.360.533,77

5. Servidores integrantes do Regime Próprio de Previdência dos Servidores:

Atualmente o Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Varginha conta com 09 (nove) servidores, sendo 02 (dois) comissionados amplos, 01 (um) efetivo no RPPS e 06 (seis) cedidos pela Prefeitura de Varginha.

As remunerações do Diretor-Presidente, demais cargos da Diretoria Executiva e servidores estão fixadas na Lei Municipal nº 4.965/2008 e suas alterações. Nos nossos levantamentos, não foram constados pagamentos em desacordo com os valores fixados em Lei.

6. Individualização Contábil das Contribuições dos Servidores Públicos Municipais e dos Entes:

Conforme constatado nos Balancetes da Receita, as contribuições previdenciárias dos segurados e as patronais estão devidamente classificadas e rubricadas contabilmente de forma individualizada.

7. Participação de Representantes dos Servidores Públicos Municipais nos órgãos colegiados e Instâncias de Decisão:

Foram analisados os pareceres dos Conselhos de Administração e Fiscal. No período examinado, ocorreram Reuniões Ordinárias dos Conselhos Administrativo e Fiscal devidamente lavrada em Ata própria, de onde se extrai a aprovação, por unanimidade, de todos os atos praticados pela Unidade Gestora.

8. Apreciação das Contas por parte dos Conselhos

O Conselho Fiscal realizou a conferência das Demonstrações Financeiras do período em exame, não apontou nas Atas quaisquer manifestações de desaprovação de procedimentos analisados.



9. Publicação Bimestral do Demonstrativo Financeiro das Receitas e Despesas Previdenciárias:

Os demonstrativos bimestrais foram publicados mensalmente no site do RPPS e no Órgão Oficial do Município de Varginha.

10. Tesouraria, Almoxarifado e Bens Patrimoniais

De acordo com a análise das contas do Balanço Patrimonial, foi possível averiguar a correta adequação dos saldos destas. Mais especificamente observou-se a regularidade das contas das Disponibilidades (Caixa e Bancos), Estoque e de Ativo Imobilizado.

11. Livros e Registros

Na extensão considerada necessária, confirmamos a boa ordem formal dos livros Razão e Diário e os registros do SICOM, devidamente armazenados no TCEMG nos prazos previstos.

12. Bens, Direitos e Ativos Avaliados de Acordo com a Lei nº 4.320/64:

Os Bens, Direitos e Ativos do INPREV encontram-se devidamente avaliados, atendendo o que estabelece a pertinente legislação contábil. As notas explicativas do Balanço Patrimonial demonstram a forma dos registros e as políticas contábeis aplicados.

13. Emissão de relatório de Governança Corporativa em atendimento às recomendações do PRÓ-GESTÃO:

Elaborado a contento o Relatório de Governança Corporativa - 2019, previsto como recomendação no manual do Pró-Gestão.



14. Encaminhamento de Demonstrativos Previstos na Portaria MPS nº 402/08 à Secretaria de Previdência Social:

Todos os demonstrativos estabelecidos na Portaria 402/08 da Secretaria de Previdência Social foram, tempestivamente, encaminhados ao Órgão de Controle do Governo Federal.

15. Base Cadastral Atualizada:

Em conformidade e aderência com a Instrução Normativa CGCAP/ME nº 121 de 26 de novembro de 2020, quanto às medidas de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do COVID-19, o recadastramento de aposentados e pensionistas está suspenso até a data de 31 de janeiro de 2021.

16. Folha de Pagamento dos Segurados Produzida Separadamente:

Com o objetivo de possibilitar a devida apropriação de despesas, a folha de pagamento do INPREV é elaborada de forma agrupada em unidades independentes para fins de contabilização individualizando: os servidores da instituição, os aposentados e os pensionistas, levando ainda em consideração a “Massa” a que pertencem, Previdenciária ou Financeira, para fins de utilização da fonte de custeio.

17. Denúncias / Representações / Expedientes

Neste período não houve nenhum registro novo de processo administrativo.

18. Processo no TCE / MG

Não foi constatada a existência de Processos ou notificações do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, em referência ao INPREV, pendentes de respostas.



19. Processo no TJ / MG

Não foi constatada a existência de processos Judiciais com pendência de manifestação da Procuradoria do Município.

20. Licitações e Contratos

Concluído os processos licitatórios por dispensa:

- Aquisição de gás GLP;
- Aquisição de compressor rotativo (ar-condicionado);
- Reparo e conserto do ar-condicionado
- Aquisição de equipamentos de limpeza;
- Manutenção de notebook;
- Renovação certificado digital de pessoa física;
- Atualização de curso CPA-20;

Abertura dos processos E – 158: Inventario Almojarifado do ano de 2020 - TCEMG;
E – 16: Ressarcimento ao INPREV de crédito indevido a favor de Monica de Castro Laudomiro.

21. Certificado de Regularidade Previdenciária O CRP do Município está em vigor, com vencimento em 18/04/2021.

Foi constatado a emissão, em 20/10/2020, junto ao Ministério da Economia, do Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP, cuja finalidade é a de garantir a observação, previa, da regularidade do município quanto ao seu regime Próprio de Previdência Social.

22. Transparência

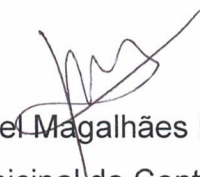
Quanto ao aspecto da Transparência, verificou-se que o RPPS de Varginha-MG mantém atualizado seu website www.inprev-varginha.com.br onde foi possível



observar a publicação as Atas das Reuniões dos Conselhos de Administração, Conselho Fiscal, Diretoria Executiva, Comitê de Investimentos, posição dos Investimentos, Balancetes da Receita e Despesa, Balanços, Portarias, Resoluções, Códigos, Políticas, Normas, Regulamentos e Pró Gestão, atendendo ao Princípio da Transparência pelo qual se deve pautar os atos da administração pública.

Diante de todo o apurado, não encontramos erros ou vícios formais, concluindo pela regularidade dos procedimentos no trimestre aferido.

Varginha-MG, 31 de março 2021.



José Manoel Magalhães Ferreira
Secretário Municipal de Controle Interno

Encaminhe-se aos membros do Conselho Administrativo e Fiscal, para a apreciação.